



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13 DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SESIMBRA**

-----Aos treze do mês de abril de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, a sessão extraordinária de abril da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1. Contratação de um Empréstimo a Curto Prazo até ao montante de 2 milhões de euros – Análise de Propostas – Relatório – Aprovação;**-----

-----**2. 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP's 2022 e anos seguintes – Delegação de Competências na Área da Educação.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Pedro Miguel Pinto Mendes e Francisco Manuel Soares Cordeiro, -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ricardo Alves Mendes, Andredina Gomes Cardoso e Paulo do Carmo de Sá Caetano, António Fernando Amiano Marques e Catina Saloio Ribeiro Faneca -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Germano Óscar Amorim de Barros e Miguel Tomás Cristóvão Nunes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo.

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho.

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Jesus Gomes, e a substituta da Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças da Vice-presidente da Câmara Municipal, Felícia Maria

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Néilson Carlos Simplício Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa e justificou em seguida as ausências da Deputada Paula Rodrigues do GM da CDU que se fazia substituir pelo Deputado Francisco Cordeiro, na Bancada do PS, as deputadas Luísa Carvalho e Cláudia Mata, que se faziam substituir pelos deputados António Marques e Catina Faneca, respetivamente.-----

-----Também o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora, que se fazia representar pelo membro do executivo da junta, Ana Luísa Cabrita, que participava pela primeira vez nos trabalhos da AMS.-----

-----Na Bancada do PSD, justificou a ausência do Deputado Carlos Oliveira que se fazia substituir pelo Cidadão Miguel Nunes, que tendo sido confirmada a sua identidade e legitimidade, participaria nos trabalhos da sessão.-----

-----De seguida, desejou, em nome da Mesa da AMS, os votos de um bom trabalho.-----

-----Informou que na próxima segunda-feira, dia 18 de abril, iria realizar-se a reunião conjunta de todas as comissões, para apreciação do “Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação e Prestação de Contas de 2021 / Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021”, que tinha sido aprovado hoje na reunião de Câmara e cuja documentação já se encontrava disponível na PAMS. Acrescentou que já estava confirmada a presença do Vereador José Polido, bem como de alguns técnicos da Câmara.-----

-----Deu conta de que a sessão ordinária do mês de abril estava também já agendada e, conforme visto no seio da Comissão de Líderes, havia a necessidade de se dividir a sessão em duas reuniões, sendo que a primeira iria realizar-se no próximo dia 27 de abril e a segunda reunião no dia 06 de maio.-----

-----Estas datas prendiam-se com a necessidade de deliberar sobre estes temas ainda durante o mês de abril, de forma que houvesse tempo para que os técnicos da autarquia conseguissem processar toda a informação e remetê-la para os organismos devidos. Daí a necessidade de se fazer esta sessão a meio da semana.-----

-----Informou que no próximo dia 14 de maio, iria realizar-se a 19ª Edição da Assembleia Municipal de Jovens, no Cineteatro, com as bancadas escolares, com público e, à semelhança das sessões da AMS, com a transmissão online no canal de Youtube da CMS.-----

-----Referiu que esta era uma sessão extraordinária devido à necessidade de deliberar sobre o

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

segundo ponto da ordem de trabalhos durante a segunda quinzena do mês. Era um assunto que se prendia com a revisão orçamental, a fim de o pessoal não docente no âmbito do processo de descentralização de competências.-----

----- Informou que antes da ordem do dia seriam apresentados 2 documentos emanados da Comissão de Líderes que, pela sua pertinência e peso tinha ficado definido porque teriam de ser apresentados na sessão de hoje, nomeadamente, o Voto de Pesar pelo falecimento de Joel Hasse Ferreira, também anterior presidente da AMS, e uma Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio. Seguido da apresentação dos documentos seria dado início ao período de intervenção aberto aos cidadãos e em seguida entrariam no período de ordem do dia. -----

-----Cedeu em seguida a palavra Deputado Sérgio Faias para que fosse feita a apresentação do voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Joel Hasse Ferreira, que informou que a Deputada Ana Luísa Cabrita faria a leitura do mesmo. -----

-----A **Deputada Ana Luísa Cabrita** cumprimentou todos os presentes e passou à leitura do Voto de Pesar que abaixo o se transcreve: -----

-----“*Joel Hasse Ferreira* -----

-----*Nascido a 13 de julho de 1944, em Lisboa, licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, doutorado em Ciências de Gestão pela Universidade Lyon e com formação complementar na área de Gestão de Projetos em Estocolmo e na Manchester Business School, Joel Hasse Ferreira foi professor catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, dedicou-se à docência, designadamente como professor coordenador e diretor do ISCAD (Instituto Superior de Ciências da Administração), tendo ainda lecionado em outros estabelecimentos de ensino superior em diferentes áreas do conhecimento como sejam: a Gestão, o Marketing e Comunicação, os Estudos Europeus, a Economia e a Ciência Política.*-----

-----*O seu profundo e vasto conhecimento deu origem a várias obras literárias e a ser conferencista convidado em Portugal e em outras latitudes de diferentes continentes.* -----

-----*O seu prestígio e reconhecida competência como gestor levou-o a ocupar cargos públicos e privados, designadamente presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social, presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, presidente da Empresa de Mármore Marblarte, formador do IPE e administrador da Empresa do Jornal do Comércio.*

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Corajoso e Homem de convicções, o regime fascista e a guerra colonial tiveram em Joel Hasse Ferreira um firme combatente que sempre defendeu a liberdade, a democracia e os Direitos Fundamentais. -----*

*-----A sua dedicação ao Poder Local democrático deixou marcas indeléveis, nomeadamente enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra (1990 – 1993), Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra (1994 – 1997) e, ainda, como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1982 – 1985).*

*Antes de assumir a função de Deputado ao Parlamento Europeu (2005 - 2009), Joel Hasse Ferreira foi um dos mais distintos parlamentares em diversas legislaturas.-----*

*-----Deputado à Assembleia da República na III Legislatura, eleito pela antiga União da Esquerda para a Democracia Socialista, foi como Deputado eleito pelo Partido Socialista nas VI, VII, VIII e IX Legislaturas que Joel Hasse Ferreira se reafirmou como um dos mais brilhantes parlamentares da sua geração. -----*

*-----A sua frontalidade, lealdade e força na defesa das causas que abraçou sempre foram acompanhadas pelo respeito pelos seus opositores, o que lhe permitiu granjear amizades e conquistar a admiração de todos.-----*

*-----O falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira constitui uma perda irreparável para o país, para o nosso regime democrático, para os seus muitos amigos próximos e, sobretudo, para a sua família. Cabe-nos agora a todos desempenhar com elevação o dever de manter viva a chama da sua memória e o seu legado, de luta incansável por um mundo melhor.-----*

*-----Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 13 de abril de 2022, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira e transmite à sua esposa, filhos, netos e demais familiares e amigos, as suas mais sentidas condolências e profunda solidariedade.-----*

*-----A Assembleia Municipal de Sesimbra-----*

*-----Sesimbra, 13 de abril de 2022 -----*

*-----Dar conhecimento:-----*

*-----Familiares,-----*

*-----Parlamento Europeu,-----*

*-----Assembleia da República,-----*

*-----Câmara Municipal de Sesimbra-----*

*-----Juntas e Assembleias da freguesia do Concelho de Sesimbra-----*

*-----Partido Socialista,-----*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Comunicação social local e regional.*-----

-----Logo após, a Assembleia Municipal provou por unanimidade o Voto de Pesar sobre o Falecimento do Senhor Engenheiro Joel Hasse Ferreira, e guardou um minuto de silêncio em sua memória. Guardou também um minuto de silêncio em memória de **Anabela Pinto Coelho**, funcionária da Câmara Municipal de Sesimbra e elemento do Grupo de Teatro Amador Sesimbrense “DE VEZ EM QUANDO”, remetendo as sinceras condolências pelo seu falecimento à Família e Amigos.-----

-----Antes de dar continuidade ao PAOD com a Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, o **Presidente** desculpou-se pelo lapso e justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara que gozava do seu habitual período de férias. Solicitou em seguida à Segunda-Secretária da Mesa, que fizesse a leitura do documento.-----

-----A **Segunda-Secretária da Mesa, Sónia Lopes**, cumprimentou todos os presentes e fez a leitura da Saudação que a seguir se transcreve:-----

-----*“Celebrar o 25 de Abril de 1974 e o 1º de Maio, não é só comemorar datas que marcaram a história.*-----

-----*Hoje mais do que nunca, para além de celebrar as conquistas da tão conhecida Revolução dos Cravos, temos o dever de dar a conhecer aos mais jovens, para além da história, os verdadeiros valores de Abril.*--- -----

-----*É necessário relevar a importância do papel dos militares que em conjunto com o povo unido, nos permitiram um Portugal novo, e abriram as portas a conquistas de direitos fundamentais para uma vida digna e livre.*-----

-----*Fecharam o período de 48 anos de ditadura e marcaram o fim da guerra colonial.*-----

-----*Trouxeram-nos o Poder Local Democrático e o Associativismo. A liberdade de expressão e de reunião, a plena atividade sindical e o poder de votar. Votar em eleições livres!*-----

-----*Foi com o 25 de Abril de 1974, que a Constituição da República Portuguesa consagrou direitos fundamentais, como o acesso universal à saúde, ao trabalho, à educação, à cultura, à justiça, à habitação, entre tantos outros, igualmente importantes.*-----

-----*Não menos importante é o dever de dar a conhecer aos jovens, o 1.º de Maio e o seu significado na reivindicação de direitos, de direitos com deveres, responsabilidade e sentido de justiça, o direito ao trabalho com condições dignas e salários justos.*-----

-----*Falar de 1 de maio de 1886 é recordar a importância de uma luta histórica em Chicago, onde centenas de milhares de trabalhadores reivindicaram jornadas de oito horas de trabalho, obtendo amplos*

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*reflexos internacionais, e que determinaram a declaração do dia 1 de maio como o “Dia Internacional do Trabalhador” que só voltou a ser comemorado livremente em Portugal a partir de 1974. -----*

*-----O movimento sindical e a luta dos trabalhadores têm assumido um papel fundamental nas conquistas das condições laborais. -----*

*-----Hoje mais do que nunca temos de reforçar as conquistas de Abril.-----*

*-----Numa altura em que se avolumam as dificuldades é importante proteger as condições que permitam conciliar a vida profissional com a vida familiar, salvaguardando os seus direitos. -----*

*-----Hoje mais do que nunca, devemos celebrar Abril! -----*

*-----Porém, a construção da democracia e a defesa da liberdade são um processo inacabado. A história e a Revolução ensinam-nos a não deixar de lutar pelos nossos direitos, para que possamos viver com a esperança de um futuro melhor e em paz social, pois foi na esperança da nossa terra, que vimos as portas que Abril abriu! -----*

*-----“25 de Abril Sempre”!-----*

*-----Neste sentido, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão extraordinária no dia 13 de abril de 2022, delibera: -----*

*-----1 - Saudar o 48º Aniversário da Revolução de Abril de 1974, homenageando todos aqueles que construíram o 25 de Abril e todos os que continuam a lutar pelos valores de Abril e pela defesa da Constituição da República Portuguesa. -----*

*-----2 - Saudar o 1º de Maio, todos os trabalhadores e as suas organizações. -----*

*-----3 – Saudar o Poder Local Democrático, designadamente, o trabalho das autarquias e do movimento associativo em prol das populações. -----*

*-----Viva o 25 de Abril!-----*

*-----Viva o 1.º de Maio!-----*

*-----Viva o Poder Local Democrático! -----*

*-----Dar conhecimento: -----*

*-----Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Grupos Parlamentares e Deputados Únicos Representantes de Partido na Assembleia da República; Associação 25 de Abril; Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Associação Nacional das Freguesias; Área Metropolitana de Lisboa; Associação de Municípios da Região de Setúbal; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional CGTP-IN; União Geral de Trabalhadores – UGT e Comunicação Local e Regional.”--*

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo qualquer intervenção, foi colocada à votação a **Saudação ao 25 de Abril de 1974 e ao 1.º de Maio** que foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Solicitou em seguida o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** no sentido de colocar uma questão à Câmara Municipal. -----

-----Este começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que tinha feito um requerimento de informação à Mesa, no dia 02 de fevereiro e já tinham sido ultrapassados todos os períodos regimentares. Tinha vindo a insistir com a Mesa da AM, que tinha vindo a fazer diligências, mas ainda não tinha recebido nenhuma informação. -----

-----Uma vez que essa informação ainda não tinha sido prestada, perguntou se existia alguma dificuldade e se já havia previsão para a entrega da documentação.-----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e explicou que tinha tido a oportunidade de ver o segundo pedido a solicitar que fosse reiterada a informação sobre todos os contratos de aquisição de serviços que a Câmara tinha neste momento.-----

-----Disse que o que podia dizer era que estavam a preparar esse documento, e que efetivamente já tinham sido ultrapassados os prazos, mas isto tinha a ver apenas com a exaustão com que estavam os serviços, nomeadamente ao nível dos Recursos Humanos, porque seriam estes a prestar essa informação.

-----Referiu que para além da transição do sistema de gestão documental, que vinha dando alguns problemas, nomeadamente porque o sistema que estavam neste momento a implementar não vinha sendo fácil. Tinha havido também o período de formação, período de implementação, mas também o período de transição ao nível das competências que hoje iriam discutir. -----

----- As dificuldades que neste momento vinham tendo ao nível da Divisão dos Recursos Humanos, levava a que a resposta não tivesse sido já prestada. De qualquer forma, estavam a trabalhar, e não poderia prometer que durante a próxima semana, até porque era uma informação complexa, que tinha de reunir um conjunto de informação que se respondia em um quadro de sim ou não. Havia um conjunto de documentos que eram solicitados pelo Deputado do Bloco de Esquerda, que levavam algum tempo para compilar, para sistematizar e para enviar à Assembleia Municipal, mas queria acreditar que até à primeira semana de maio tivessem todas as condições para ter os elementos recolhidos e encaminhar para resposta à solicitação do deputado do Bloco de Esquerda. -----

-----O **Deputado Carlos Macedo** disse que ficava esclarecido, mas o que estava a estranhar, e já tinha comentado isso na Comissão de Líderes, era que percebia que às vezes não fosse possível cumprir os prazos regimentados, mas o próprio Regimento previa essa possibilidade, mas como não tinha havido

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

nenhuma justificação, tinha aproveitado a reunião para colocar a questão. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que a informação seria difundida por todos os deputados, assim que chegasse ao serviço. -----

-----De seguida, não havendo inscrições para o Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos, o Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia com o **1º ponto da ordem de trabalhos: “Contratação de um Empréstimo a Curto Prazo até ao Montante de 2 Milhões de Euros – Análise de Propostas – Relatório – Aprovação”**. Informou que sobre este ponto tinha tido lugar uma reunião da Comissão da comissão de Administração e Finanças, e assim cedia a palavra ao respetivo coordenador da comissão, Deputado Victor Antunes. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Victor Antunes** que, após cumprimentar todos os presentes, disse que no dia 08 deste mês, tinha reunido a Comissão de Administração e Finanças Autárquicas com a presença esclarecedora e importante no Vereador José Polido. Após a apresentação inicial do Senhor Vereador, foram por este esclarecidas as poucas duvidas colocadas, não tendo havido, como era previsível, qualquer orientação de voto. Consequentemente, apelava à Assembleia a aprovação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Germano Barros** que cumprimentou todos os presentes e disse que dos documentos apresentados, a proposta da Caixa Geral de Depósitos tinha um prazo de 30 dias e tinha sido apresentada a 17 de fevereiro. Perguntou se a mesma ainda era válida. -----

-----Disse também que considerava este empréstimo um ato de boa gestão e que, se fossem levantados os 2 milhões, que nunca iria acontecer, só se iria pagar de juros, no máximo, 1000 euros, ou seja, era um valor muito baixo. -----

-----Perguntou também qual era o critério que tinha levado a Câmara a pedir 2 milhões de euros e não 3 ou 4. -----

-----Por fim, disse que o sentido de voto seria a aprovação, mas queria esses 2 pequenos esclarecimentos. -----

-----Não havendo mais questões, foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CM**, que por sua vez a cedeu ao **Vereador José Polido** para que prestasse os devidos esclarecimentos. Este começou por cumprimentar todos os presentes e dizer, relativamente à validade da proposta, que como a tramitação interna era sempre muito dilatada, mas tinha havido o cuidado de falar com a instituição que mantinha a mesma proposta, até porque este processo tinha sido célere, mas havia alguns que demoravam algum tempo. -----

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à questão do valor solicitado, disse que por hábito pediam sempre 2 milhões de euros porque se por algum motivo houvesse alguma dificuldade, estariam garantidos pelo menos 2 meses de vencimento. Neste caso, como no ponto seguinte tinham uma situação que entroncava mais pessoal, já não chegaria para 2 meses caso existisse algum percalço, mas na altura não sabiam exatamente quais seriam os valores.-----

-----Disse que não era previsível que fosse haver algum percalço, a não ser que houvesse uma redução drástica na receita do Município, mas, no entanto, tinham outras receitas próprias que conseguiam arrecadar.-----

-----Referiu que do empréstimo do ano passado de 2 milhões de euros, tinham utilizado 1 milhão para não terem dado o “tempo como perdido”, porque felizmente as coisas correram bem e esta era uma medida de pura salvaguarda e de questão de tesouraria. Aliás, como tinha sido dito pelo Deputado Germano Barros, estavam aqui perante a apresentação de uma taxa de juro de 0,05%.-----

-----Recordou que dos outros bancos que apresentaram propostas, que só podia ser os que operavam no Concelho, tinha ficado o BPI com uma taxa de 0,075, seguido do Millennium BCP com uma proposta de taxa de juro de 0,08%, em 3º a Caixa Crédito Agrícola com 0, 1%, e por último o Santander com 1%. Isto significava que estas instituições financeiras, acreditavam que a CM era um bom pagador e que tinha as contas sólidas. Acrescentou que a Câmara tinha de enviar as contas, os prazos médios de pagamento e a documentação da DGAL para os bancos apresentarem as propostas.-----

-----Por fim, disse que o que se pedia à Assembleia Municipal, era a autorização para contrair este empréstimo até ao limite máximo de 2 milhões de euros de utilização, a ser liquidado até 31.12.2022, no caso de haver alguma necessidade de tesouraria no normal desenvolvimento de alguma atividade ou no pagamento de vencimentos.-----

-----Não havendo mais questões, o Presidente da AMS colocou à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos: **“Contratação de um Empréstimo a Curto Prazo até ao Montante de 2 Milhões de Euros – Análise de Propostas – Relatório – Aprovação”**, e a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, **autorizar, por maioria**, com 23 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 MSU) e uma abstenção do CHEGA, nos termos constantes do nº. 5, do art.º 49.º da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, a contratação do empréstimo bancário de curto prazo, até 2 milhões de Euros (dois milhões de euros), junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., nas condições constantes do relatório de análise de propostas, cuja taxa de juro é de 0,05% ao ano, a qual corresponde a Euribor a 12 meses acrescido de um spread de 0,05%.-----

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O GM do Chega, prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----A bancada do CHEGA, na sessão ordinária de dia 13 de Abril de 2022 com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----1. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 2 MILHÕES DE EUROS – ANÁLISE DE PROPOSTAS – RELATÓRIO – APROVAÇÃO;-----

-----2. REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S 2022 E ANOS SEGUINTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO.-----

-----Votou favoravelmente à aprovação destes dois pontos A transferência de competências da administração central ao abrigo da Lei nº50/2018 de 16 de agosto não vem devidamente acompanhada de recursos financeiros para fazer face a todos os encargos que acarretam a sua execução.-----

----- Esse ponto ficou claro para o executivo, que se vê com a responsabilidade de proceder nomeadamente ao processamento e pagamento de salários sem as verbas para tal, importa perceber que o executivo municipal vai utilizar as verbas dos nossos impostos, enquanto contribuintes residentes no concelho, inicialmente previstas para melhorias deste com um encargo que o governo garantia inicialmente a esta transferência de competências não trazer despesa adicional ao recetor destas, agora e a fim de garantir o cumprimento do pagamento nomeadamente salários de cerca de 400 funcionários, vem o executivo pedir junto desta assembleia a aprovação de um crédito e devida correção ao orçamento, crédito este que alias ficou claro á bancada do CHEGA ter umas condições financeiras muito favoráveis.

-----Apesar de o CHEGA se ter oposto á transferência de competência nestes moldes desde sempre, a mesma foi aprovada em AR, com a concordância dos partidos que permitiam a governação á data no poder deste tipo de decretos, que apenas e só desresponsabilizam o poder central e sobrecarregam de forma violenta as autarquias locais e para as entidades intermunicipais com a desculpa de que a proximidade trás uma melhor gestão.-----

-----Assim e porque foi inevitável receber esta transferência a bancada do CHEGA não vai de forma alguma criar obstáculos que coloquem em causa os direitos dos funcionários que se viram agora transferidos, bem como a manutenção dos equipamentos que os nossos jovens frequentam. Neste tipo de necessidades devidamente fundamentadas o CHEGA no município de Sesimbra jamais impedirá aprovações que coloquem em causa trabalhadores e suas famílias e o bem-estar dos nossos jovens estudantes. Não recusa a bancada do CHEGA a totalmente a aceitação desta e outras transferências no decurso do ano 2022, porque é verdade que a proximidade e gestão municipal melhora significativamente



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*a qualidade nos serviços transferidos, mas apenas e só se as devidas compensações vierem em simultâneo com os encargos não indo buscar receitas e recursos ao orçamento do município.”* -----

-----De seguida, deu seguimento ao POD com o 2º ponto da ordem de trabalhos: **“1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP’s 2022 e anos seguintes – Delegação de Competências na Área da Educação”**, dizendo que tinha havido muitas reuniões sobre este tema, e cedeu a palavra à Vice-Presidente para que fizesse a apresentação deste ponto. -----

-----**A Vice-Presidente** começou por dizer que não iria basear a sua intervenção na discussão que tinham vindo a ter ao longo dos últimos anos sobre a bondade ou não desta delegação de competências. Essa matéria tinha sido amplamente discutida neste fórum bem como nas anteriores assembleias municipais, até porque a questão da delegação de competências, fosse na área de saúde ou na área de ação social, vinha sendo amplamente discutida.-----

-----Disse que chegaram ao dia de hoje com a aprovação da AM da primeira revisão para poder incorporar no orçamento da CM, os valores necessários para fazer face às competências que eram transferidas a partir do dia 01 de abril de 2022 para a Câmara na sequência de um processo de trabalho duro dinamizado pelos serviços da Câmara, que foram alguns dos motivos que levaram a que não fosse possível responder a algumas das solicitações que alguns deputados da Assembleia Municipal haviam colocado, que envolveu desde alguns meses uma equipa técnica da parte da Câmara, fosse ao nível da contabilidade, dos Recursos Humanos, da Divisão de Educação ou da Divisão de Apoio Jurídico.-----

----- O que traziam para aprovação hoje, era a incorporação no orçamento da Câmara dos mapas que foram apresentados pelo Ministério da Educação. Mapas esses que foram publicados em 2019 com verbas referentes a despesas efetuadas em 2018. A receita que iriam, através desta revisão orçamental, integrar no orçamento da CM, era uma receita que tinha a ver com despesas que o Ministério da Educação fazia em 2018 para fazer face aos compromissos que a Câmara, a partir do dia 1 de abril, estaria a assumir.

-----Disse que todos podiam compreender, sem sequer ter um exercício de profunda reflexão sobre esta matéria, que aquilo que se gastava nas escolas em 2018 não era o mesmo que se gastava nas escolas em 2022, nomeadamente ao nível dos salários dos funcionários que mudaram a sua posição remuneratória e porque hoje os contratos da EDP, da água e do gás estavam muito mais caros que em 2018, e também porque havia um conjunto de despesas que, ao longo destes 4 anos, tinham aumentando em relação aquilo que eram as despesas assumidas pelo Ministério Educação e que faziam parte dos mapas que eram a base desta revisão orçamental.-----

----- Em seguida, disse que tinha de deixar aqui também uma ressalva e um agradecimento à DGESTE

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes meses com a CM. Explicou que o delegado da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE), era um chefe de serviço, e as questões que este apresentava não era dele que dependia a resposta. O que o mesmo podia fazer era agilizar, acompanhar e de alguma forma dar algumas orientações em relação à forma como estas despesas, em relação às competências, podiam ser geridas com os agrupamentos. O próprio delegado da DGESTE, que fez esse trabalho excecional de acompanhamento à Câmara Municipal de Sesimbra bem como a outros municípios, reconhecia que para além do mapa provisional que neste momento integrava e fazia a base desta revisão orçamental, ter valores reportados a 2018, tinha também valores errados, ou seja, mesmo em 2018, os valores que eram despendidos em algumas das áreas, nomeadamente ao nível da escola a tempo inteiro e das Atividades de enriquecimento curricular, eram superiores àquilo que constava no mapa.--

-----Não era só um mapa desatualizado em relação aos valores que eram gastos e que hoje eram muito superiores aos que eram gastos em 2018, mas o próprio mapa tinha erros. Aquilo que era dito pelo delegado, era que este mapa seria corrigido, e tinham o compromisso de que o Senhor Delegado regional tinha feito tudo para que esse mapa pudesse vir a ser corrigido, e supostamente este seria corrigido após a aprovação do Orçamento de Estado, e, portanto, a base que tinham de previsão para haver alguma eventual correção seria julho de 2022.-----

-----Referiu que o facto era que, de acordo com o Decreto, tinham que assumir a delegação de competências que, ao contrário de outras, nomeadamente a da saúde que dependia da assinatura de um contrato de execução entre a Câmara e o Ministério da Saúde, neste caso era por força de imposição da lei, portanto, no dia 1 de abril, a CM teve de aceitar as competências, e a primeira preocupação era salvaguardar os interesses da escola pública e, desde logo também, o pagamento dos salários dos 340 funcionários que a partir do dia 1 de Abril passaram a integrar os quadros do Município.-----

----- Acrescentou que ao nível do pessoal, aquilo que estavam hoje a provar nesta revisão orçamental, era uma transferência para o Município de Sesimbra de 3 milhões e 64 mil euros, quando sabiam que há um mês, as escolas tinham como compromisso de pagamento o valor da Cerca de 3 milhões e 800 Mil euros. Só ao nível dos vencimentos que foram transferidos e com este mapa que era o único que tinham e que podiam utilizar para esta revisão orçamental, tinham ao nível de vencimentos um défice de cerca de 700 mil euros, para além de todas as outras rubricas que estavam sub dotadas não apenas pela décalage do tempo entre 2018 e 2022 mas pelos próprios erros que este mapa publicado em 2019 acarretava, de qualquer forma não tinham outra alternativa senão fazer a revisão orçamental de acordo

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

com o mapa financeiro que estava publicado que era único válido e que a CM poderia utilizar para fazer a revisão para estarem preparados na próxima semana assumirem o pagamento de todas as responsabilidades que passaram a ser do Município, designadamente o pagamento dos salários de todos os funcionários.-----

----- Disse que iriam esperar que os mapas fossem atualizados em julho e, depois disso, teriam de fazer uma nova revisão para integrar os valores corretos de suporte para as despesas necessárias para que a CM assumisse os seus compromissos de acordo com o Decreto que atribuía à Câmara estas competências.-----

-----Referiu que no que era transferido para os municípios até julho, não vinha os refeitórios escolares incluídos porque havia contratos que neste momento estavam em vigor até ao final de julho, portanto esses mantinham-se na esfera do Ministério da Educação, e só a partir do dia 1 setembro, no início do ano letivo, seria da responsabilidade da câmara assumir a questão dos refeitórios do 2º, 3º ciclos e secundário. Não vinham também ainda neste pacote financeiro a transferência de verbas e de competências na área dos transportes escolares, bem como a Ação social escolar dos 2º, 3º ciclos e secundário, nem a manutenção dos equipamentos para além da verba dos 20 mil euros que vinha sendo discutido amplamente. Não vinham porque era necessário serem publicadas 3 portarias que regulamentavam essa transferência.-----

-----Essas portarias, segundo o Delegado Regional, provavelmente não seriam publicadas este ano e até que fossem publicadas, estas competências manter-se-iam na esfera da competência e da responsabilidade do Ministério da Educação. -----

-----Durante o mês de abril, o que viria para a CM era o pacote inteiro ao nível dos vencimentos, ou seja, os 3 milhões de 64 mil euros, sabendo que tinha já um défice de 700 mil euros, viria também a verba referente aos 20 mil euros por agrupamento para intervenções menores, como por exemplo de reparações janelas, de torneiras, entre outros. Tudo o que era intervenções de grande envergadura dos edifícios escolares, não vinha ainda neste pacote para a Câmara Municipal até porque neste momento a própria transferência dos edifícios para a Câmara não estava concretizada. A Câmara só podia fazer intervenções que do seu equipamento, obviamente que se o equipamento não fosse do Município a CM não tinha legitimidade para fazer despesa em relação a uma intervenção de grande montam, a não ser que fosse celebrado um contrato de execução como foi feito com a Escola Navegador Rodrigues Soromenho ou com o Centro de Saúde.-----

-----Neste momento, a transferência dos equipamentos não estava sequer feita. O próprio Ministério

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

da Educação não tinha ainda se quer o registo de que havia equipamentos que já estavam na totalidade na posse do Ministério da Educação ou não. Por exemplo, a Escola Básica Integrada da Quinta do Conde estava a construir em terrenos cuja titularidade ainda era de privados, e o próprio Ministério da Educação não podia fazer um registo de um edifício que estava construído em terrenos que não eram da sua propriedade ou que não eram da propriedade do Município que poderia passar para o Ministério da Educação essa titularidade. Havia ainda estas questões jurídicas e legais e de registo patrimonial que tinham de ser afinadas até que os edifícios e a intervenção maior no edificado pudesse ser assumida pela CM. -----

-----Referiu que o Delegado Regional, a seu pedido, disse que iria disponibilizar um manual daquilo que seriam as pequenas intervenções que passariam a ser da responsabilidade do Ministério e aquelas que seriam da Câmara. -----

-----Disse que o que iria passar já para a Câmara e que seria pago em duodécimos, era os salários subdotados em 700 mil euros com o compromisso de que iria ser publicado um novo mapa financeiro, também os 20 mil euros por agrupamento e viria por duodécimos todas as outras competências que passavam para os municípios, como a escola a tempo inteiro, o leite escolar, os refeitórios a partir do dia 1 de setembro, os pequenos contratos que as escolas tinham ao nível da higienização, ao nível dos contratos com a EDP, com a água, com as telecomunicações, com impressoras, entre outros. Isso passava tudo já para a responsabilidade da Câmara, mas a verba seria transferida em duodécimos. -----

----- Continuava a ser da responsabilidade do Ministério da Educação, uma vez que todo o edificado ainda era da sua da titularidade, ao nível da manutenção de equipamentos móveis, ou seja secretárias, computadores, mesas, material didático, entre outros, continuaria a ser tudo do Ministério da Educação até à publicação da portaria, exceto o material que estava afeto aos refeitórios, que já eram da competência da Câmara, com contratos que a Câmara teria que assumir a sua posição contratual a partir do dia 1 de setembro, e todo o material que estava nas secretarias que era afeto ao pessoal não docente que já passou para a Câmara. Tudo o que era secretárias de salas de aulas, computadores de salas de aulas e material didático que não estavam afetos à secretaria ou ao refeitório, continuariam a ser da responsabilidade do Ministério até à publicação das três portarias. -----

----- Disse que para além destes mapas financeiros que suportavam no fundo aquilo que eram as obrigações da Câmara, o Município de Sesimbra teve que avançar já com um conjunto de despesas que não estavam contabilizadas, que não seriam contabilizadas, que não integravam este mapas e que tinham a ver com uma questão tão simples quanto a necessidade de que as escolas pudessem da forma mais

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pacífica possível, fazer uma transição para o Município, e sobretudo ao nível do controlo de assiduidade e de pagamento de vencimentos dos funcionários que estavam integrados nas escolas e que já eram funcionários da autarquia. Acrescentou que havia duas possibilidades, a primeira possibilidade era haver uma folha Excel que todos os meses seguisse das escolas para os recursos humanos da Câmara para processar a assiduidade de cada um dos cerca de 300 funcionários que estavam nas escolas, e isto obrigaria a que os funcionários dos recursos humanos tivessem de fazer esse trabalho, para além dos mil funcionários de quem já tinham de fazer esse processamento, também com os funcionários das escolas.

-----Aquilo que foi o entendimento era que o procedimento devia ser exatamente aquele as escolas tinham vindo a fazer, ou seja, eram as próprias escolas que faziam o processamento da assiduidade e a gestão dos horários. Os trabalhadores estavam nas escolas e não nos serviços internos da Câmara, e o entendimento era que toda a parte de assiduidade e de gestão de pessoal devia continuar a fazer parte daquilo que era as competências e atribuições dos senhores diretores de agrupamentos, e era neste sentido que estavam a trabalhar através de acordos de descentralização para os agrupamentos, e a assiduidade cada um dos funcionários que estava em cada agrupamento fazia-se da mesma forma que se fazia, mas em vez de migrar para o Ministério todos os dados de assiduidade, faziam essa migração para os serviços da Câmara.-----

----- Para isso, foi necessário criar plataformas que as escolas não tinham. Plataformas essas que fossem compatíveis com o sistema AIRC e que permitissem que os funcionários de cada agrupamento continuassem a ter as mesmas rotinas em termos de controlo de assiduidade e de processamento de vencimentos, carregando no botão e passar para a contabilidade da Câmara para fazer o processamento de vencimentos.-----

-----A plataforma colocada em cada um dos agrupamentos era a INOVAR. Essa plataforma articulava com a Edubox que era a plataforma que já tinham ao nível da Educação para gerir todas as questões da educação, que por sua vez articulava com a AIRC, e, portanto, o procedimento era feito desta forma. Acrescentou que havia algumas dificuldades agora até porque a Câmara havia mudado o seu sistema de gestão documental que vinha causando alguns problemas que preocupavam até pela morosidade do próprio sistema. -----

-----Referiu que a Chefe da Divisão dos Recursos Humanos lhe havia dito que para o processamento de 2 vencimentos tinham demorado 15 minutos, e o dia de pagamento era no final da semana que vinha e para além dos mil funcionários havia agora mais 300, o que ia ser uma exigência maior para todos os serviços. Mas, tirando esta questão do novo sistema que neste momento tinham, que era novo e ainda

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam em fase de adaptação e com algumas melhorias que tinham de introduzir, queria acreditar que todo o trabalho preparatório feito e que teve para além deste esforço exigido aos vários serviços para além dos custos financeiros na aquisição destas plataformas, permitiria que esta transição do Ministério da Educação para a Câmara fosse feito de uma forma tranquila, pacífica e que pelo menos os 300 e tal funcionários pudessem ter os seus vencimentos no final da próxima semana.-----

----- Disse que criaram uma Comissão de Acompanhamento que integrava cada um dos diretores das escolas do Concelho, um elemento do departamento financeiro, dos recursos humanos, do gabinete jurídico, da educação e também o Delegado Regional de Educação. Esta Comissão reunia todos os meses e a primeira reunião seria no próximo dia 21. O objetivo da comissão era, mês a mês, perceber de que forma é que esta transferência de competências estava a ser efetuada, quais eram as dificuldades e de que forma é que as mesmas podiam ser colmatadas desde logo até com o reforço de verbas que teriam de, na sua perspetiva, ser corrigidas rapidamente, até porque como todos deviam perceber, só ao nível da iluminação das escolas, ao nível dos contratos com o fornecedor da eletricidade, sabiam que os valores de 2022 aumentavam sempre. O aumento da energia começou há alguns meses e não sabia como seria a evolução em termos aumento, mas de certeza não seriam iguais aos de 2018. -----

----- Por fim, disse que a Comissão de Acompanhamento teria de avaliar mês a mês aquilo que era a execução financeira do Município e aquilo que era a necessário transferir de o Ministério da Educação para o Município fazer cumprir estas competências. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que disse que depois de ter ouvido as explicações da Vice-Presidente, com as quais concordava, ainda tinha mais algumas preocupações que tinha feito questão de referir na reunião da comissão que tinham a ver exatamente com o património, mas pensava, para não dizer que tinha quase certeza absoluta, que os funcionários do Estado estavam cobertos pelo seguro do próprio Estado, e aqui não vinha seguro de acidentes de trabalho nem seguros de responsabilidade civil. Essa era mais uma preocupação que tinham de ter e fazer uma adenda ao contrato de seguros para incorporar todos esses funcionários já que isso não tinha sido sequer previsto na transferência da competência. -----

----- Relativamente à questão colocada pela Deputada Cláudia Mata na reunião da Comissão sobre quanto é que a Câmara atribuía às escolas do 1º ciclo para manutenção, disse que aquilo que haviam transferido para as juntas de freguesia no último ano para beneficiação e conservação das escolas do 1º ciclo, era 142 mil euros, enquanto iriam receber 120 mil euros para a manutenção de todas as escolas dos 2º e 3º ciclo. Acrescentou que tinham vindo a transferir ao longo dos tempos e, portanto, vinha havendo

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma manutenção regular dessas escolas.-----

-----Para além disso, e como a Vice-Presidente também havia referido e bem, as questões dos 63 mil euros para os encargos com instalações, limpeza, higiene e material de escritório também parecia que era manifestamente insuficiente até porque a Câmara havia transferido para os agrupamentos para fazer face exatamente a essas despesas nas escolas no ano passado, 80 mil e 892 euros mais 16 mil e 250 euros, que atribuíram às próprias Associações de pais e às IPSS, ou seja, a CM atribuiu 97 mil euros, mais 50% do que aqui estava a ser atribuído para as escolas do 2º, 3º ciclo e secundário do Concelho. -----

-----Concluiu dizendo que, pessoalmente, pelas preocupações que havia manifestado, parecia que seriam só a entidade que receberia os funcionários e as chatices todas que os mesmos tinham. O que estava acordado era que com o Orçamento de 2022 viessem verbas suficientes para fazer face às lacunas existentes no Concelho e para dar uma educação de qualidade aos nossos jovens. -----

-----Solicitou em seguida o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo**, que disse que isto era uma coisa que todos sabiam que mais cedo ou mais tarde viria à coação. Percebia a posição que o Executivo havia assumido em manifestar alguma discordância até pelas verbas que estavam atribuídas e pela forma que estavam, mas sabiam que este era um facto que estava anunciado e que esta esta revisão iria ter de acontecer porque já estava previsto o momento em que iria acontecer esta transferência de competências.-----

-----Referiu que, com a explicação havia-lhe surgido uma dúvida que gostava de perceber até em termos de rácios qual é que era a diferença. Assumia que se calhar as escolas do 1º ciclo seriam em maior número, mas de menor dimensão. Perguntou se o número de funcionários que já estavam ao encargo do Município eram menos em comparação com os que entraram agora porque eram menos escolas, mas maiores. -----

-----Disse que o Vereador havia referido os custos de beneficiação e manutenção, mas queria perceber um bocadinho a relação que existia entre ambos para ter um termo de comparação em relação aquilo que eram os custos já existentes e nova introdução. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Vice-Presidente da CM** que explicou que a colocação do pessoal não docente no primeiro ciclo ainda era, até ao dia 1 de abril, da competência do Ministério. As autarquias só tinham, ao nível do pessoal, competência na área do pré-escolar, e o rácio tinha sido sempre ultrapassado em relação àquilo que era previsto pela lei. O que a lei previa era uma assistente por cada uma/duas salas, mas o Município havia assumido sempre que para uma qualidade melhor do ensino deviam sempre de assumir uma auxiliar em cada sala. Muitas vezes, nas salas, havia crianças com

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

necessidades educativas especiais que precisavam de uma maior atenção e de um melhor acompanhamento.-----

-----Referiu que como isto era uma competência do Ministério que nos anos 80 foi passada para as câmaras, havia um acordo de execução que agora integrava também este pacote financeiro, portanto todos os anos referiam quantos funcionários tinham e sabiam que assumiam com o orçamento da Câmara aquilo que era para além do rácio que estava definido pelo Ministério, e havia depois uma outra participação que o Ministério colocava para assistentes para acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais, e para isso pediam autorização ao Ministério. Exemplificou que, quando o Município era informado no início ano letivo que havia duas crianças com autismo em certa turma, pedia ao Ministério a autorização para poder contratar auxiliares para acompanhar essas crianças. Se o Ministério autorizasse, recebiam a verba para a contratação desses funcionários para o vencimento, se não autorizasse, a Câmara tinha duas opções, ou as crianças ficavam sem acompanhamento ou a Câmara contratava com despesa do seu orçamento. Até então era assim que funciona ao nível do jardim de infância. -----

-----O 1º ciclo, o 2º ciclo, o 3º ciclo e o secundário, ao nível do pessoal era da competência do Ministério, e tentaram perceber se o rácio que vinha agora era o que estava definido por lei, ou seja, se os cerca de 300 funcionários que receberam agora correspondiam às necessidades e ao rácio que em cada Agrupamento era necessário para cumprir a portaria que definia quantos funcionários é que deviam estar por cada equipamento escolar. -----

-----Só podiam fazer a transferência de pessoal para os quadros da Câmara, após a publicação da lista nominativa, e a mesma foi publicada na semana anterior ao dia 1 de abril e até aí a Câmara nem sequer tinha condições legais para poder iniciar qualquer processo de migração mesmo que quisesse assumir a competência antes do dia 1 de abril, e mesmo assim foi publicada cheia de erros, ou seja, aparecia na lista nominativa nome de funcionários que já estavam na Caixa Geral de Aposentações, que já estavam reformadas e pessoas que estavam em mobilidade em outros serviços da Administração Central e portanto também não estavam na escola. Acrescentou que hoje, passados 11 dias depois da descentralização de competências, havia agrupamentos a dizer que precisavam de reforçar o quadro de pessoal não docente porque não tinham as pessoas necessárias.-----

----- Referiu que esta questão já tinha sido reportada à DGESTE, e que antes da lista nominativa ser publicada, foi feito um levantamento junto das Escolas de cada Agrupamento das pessoas que efetivamente estavam a trabalhar nas escolas e as pessoas que estavam em falta e foi remetida essa



## Assembleia Municipal de Sesimbra

informação ao Ministério. Apesar disso, a lista estava errada e agora tinham o compromisso de que a mesma seria corrigida, mas promessas eram promessas, e ainda hoje tinha dito na reunião de Câmara que havia uma promessa de que iriam receber 3 milhões de euros para fazer as obras na Escola Navegador Rodrigues Soromenho e só receberam 2,7 milhões de euros, mas acreditava em todo o empenho que o Delegado Regional iria fazer, mas o mesmo não mandava no Ministério das Finanças nem no orçamento de Estado. Sabia que ele tinha muito empenho, e queriam ver se saía essa correção à lista nominativa com a correção dos nomes que efetivamente não estavam nas escolas e que a Câmara precisaria substituir por outras pessoas iniciando um processo concursal, e também a correção de todos os valores referentes aos mapas que foram publicados.-----

-----Disse que as escolas tinham dois tipos de funcionários, nomeadamente aqueles que estavam no quadro e os que faziam parte de uma bolsa de substituição, que a Câmara teria de ter também. Quando havia pessoas em baixa prolongada ou numa outra situação, ia-se a uma bolsa de substituição do Ministério da Educação. Essa bolsa servia para as pessoas estarem 3 meses, 4 meses ou 5 meses de acordo com a necessidade. A Câmara não tinha isto e fazia sempre contrato a tempo indeterminado. O que iriam ter de começar a dinamizar já, era contratos a termo incerto para poder fazer as substituições.

----- Referiu que sempre que a Câmara avançava para contratações era para trabalho sazonal no período de verão para as limpezas de praia, parque campismo, entre outros, ou fazia contratos a tempo indeterminado. Esta era mais uma árdua tarefa para os recursos humanos porque fazer os concursos não era fácil, mas tinham de avançar para fazer contratos a tempo incerto para permitir as substituições de situações de baixa.-----

----- Disse que, neste momento, prevendo isto e sabendo que isto ia acontecer, e assim como já tinham dado conhecimento à Assembleia Municipal e falado sobre isto várias vezes em reuniões de Câmara, no ano passado, o pré-escolar tinha duas componentes, a de pessoal não docente de sala de aula, em tempo letivo que acompanha a educadora, e tinha a componente de apoio à família, que era um ATL do pré-escolar, que funcionava depois das 15h00 para as crianças que queriam manter-se na escola cujas das famílias tinham essa necessidade. Essa componente, no Município Sesimbra, foi sempre assegurada por funcionárias contratadas pela CM com título de contrato a tempo indeterminado. No ano passado, percebendo que esta situação ia acontecer, mas também porque havia algumas funcionárias com Covid e com acompanhamento a filhos com covid, ia ser muito complicado abrir o ano letivo porque não tinham. Nessa situação, tinham decidido fazer protocolos com os agrupamentos e com as associações de pais para que a componente de apoio à família do pré-escolar pudesse ser assegurada não

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pelos funcionários da Câmara, mas por entidades que as próprias Associações de pais contratavam, tinham isto implementado em todos os jardins de infância do Concelho. -----

-----Isso permitiu libertar algumas funcionárias. Conforme tinha dito às funcionárias com quem reuniu em setembro, a intenção era que logo que viesse a descentralização de competências e sabendo que a mesma vinha acompanhada de falta de pessoal, que esse reforço de pessoal no 1º, 2º, 3º ciclos e secundário passasse por estes funcionários que a Câmara contratou há 2, 3, 4, 5, 6 ou 7 anos, para o pré-escolar e que neste momento não tinha essa componente e podiam ser deslocadas para as escolas e para outras áreas.-----

-----Disse que neste momento, todos os funcionários que estavam nas escolas tinham fardamento e tinham assegurado para todos os funcionários da CM, a higiene e segurança no trabalho e os funcionários que vinham do Ministério para a CM nunca tinham tido, e esta seria mais uma despesa e obviamente que o tratamento que iriam ter seria igual ao tratamento de qualquer outro funcionário da Autarquia, exceto naquilo que o próprio diploma impunha como restrições, como no caso da ADSE, que não funcionava da mesma forma que a dos funcionários contratados pela Câmara.-----

-----Explicou que a ADSE era suportada ao nível das autarquias locais pelas próprias, ou seja, o funcionário da Câmara descontava para a ADSE, mas quem pagava, por exemplo os óculos e os tratamentos era a Câmara. Quando se ia ao oculista, trazia-se o recibo, entregava-se no respetivo serviço e a CM no final do mês devolvia o dinheiro da comparticipação. Os funcionários descontavam para a ADSE que recebia esse dinheiro, mas quem pagava as comparticipações eram as autarquias. Com os funcionários da administração central não era assim, porque quem pagava as comparticipações era a própria ADSE, o que levaria a uma diferença de tratamento entre os funcionários.-----

----- Um funcionário cujo primeiro contrato tivesse sido feito com a Câmara, recebia a contrapartida dos seus tratamentos no final do mês e o funcionário da escola, que agora era funcionário da Câmara, só iria receber daqui a 6, 7 meses ou 8 meses porque tinha de remeter para a ADSE e esperar que a mesma devolvesse o dinheiro. -----

-----Havia ainda outra questão, também por imposição legal, que estes funcionários não podiam sair dos seus agrupamentos. Isto era dito taxativamente no diploma, que não havia mobilidade como havia por exemplo de qualquer funcionário da Câmara que podia sair dos recursos humanos para outra divisão qualquer ou da Divisão de Logística para a Divisão de Obras Municipais, ou de uma escola para outra escola.- -----

-----Interveio novamente o **Vereador José Polido**, que disse que, como havia referido na reunião da



## Assembleia Municipal de Sesimbra

comissão, não eram do contra só porque sim, gostavam era de ter os dados todos claros em cima da mesa para perceber. -----

-----Referiu que até o Presidente da Câmara Municipal do Porto ainda ontem tinha dito que provavelmente até iria sair da Associação Nacional dos Municípios porque achava que o Município do Porto não estava a ser defendido na forma como as coisas estavam a ser descentralizadas.-----

-----Disse que era pena que o Deputado Pedro Mesquita se tivesse ausentado neste momento, e de seguida, fez a leitura de parte da intervenção do mesmo da ata da reunião da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, que a seguir se transcreve: *“não podiam partir do princípio que isto iria correr mal. Tinham de esperar para ver no que iria dar.* -----

-----Acrescentou que, se fosse para prejudicar o Município, a Bancada do PS não estava aqui para defender isso, assim como nunca o tinha feito e não faria se daqui a um ano o Vereador tivesse os números e a análise referida e verificassem que havia um *défice*. Mas tinham de ter os números todos certos e direitinhos...”-----

-----Acrescentou que, aparentemente o Vereador José Polido até tinha razão, porque aquilo que estava neste momento em discussão no Orçamento de Estado era em *ipsis verbis* o que tinha sido reprovado, portanto, já aqui tinham cerca de 700 a 800 mil euros para encaixar nos custos com o pessoal, e depois teriam de fazer o esforço e ver em que posição ficariam. -----

-----A ser isto verdade, descartariam para o Município de Sesimbra 700 mil euros e se calhar para o de Palmela 800 mil euros, para Almada 2 milhões de euros e para o Porto 5 milhões de euros. A ser verdade, segundo a informação que tinha, o orçamento proposto tinha exatamente as mesmas verbas do orçamento reprovado e não havia um único cêntimo de reforço para os municípios neste âmbito como também no âmbito da saúde, que era uma das outras áreas que não estava aqui em discussão, mas que também iria para os municípios. -----

-----Disse que mais uma vez, parecia que os municípios eram obrigados a ficar com as pessoas porque existia uma lei do Estado que era decidida na Assembleia da República e depois tinham 2 opções, ou desrespeitavam a lei e perdiam o mandato e eram presos ou então tinham de assumir e tomar opções. Acrescentou que havia obras que provavelmente não conseguiriam fazer porque havia 1 milhão de euros para encaixar, e se calhar teriam de fazer um empréstimo de 3 ou 4 milhões de euros em vez de 2 milhões. Se calhar tinham de começar a fazer a gestão de uma outra forma. -----

-----Interveio novamente a **Vereadora Felicia Costa** que disse que obviamente teriam de perceber se em julho haveria ou não a correção destes mapas financeiros que suportavam esta revisão orçamental,

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mas o princípio que foi sempre anunciado pelo Governo era o da neutralidade orçamental, que significava que não era nem mais nem menos do que aquilo que o Ministério da Educação gastava para a execução destas tarefas, ao nível dos salários, ao nível da limpeza e da manutenção das escolas. Neutralidade orçamental essa que nestes mapas não era cumprida. -----

-----Disse que, de qualquer forma, o que estavam hoje a aprovar era uma revisão orçamental que era obrigatória para poderem pagar os salários a estas 300 pessoas, mas que não cumpria o que tinha sido anunciado desde sempre como princípio basilar da neutralidade orçamental. Este mapa financeiro não cumpria a neutralidade orçamental porque neste momento o que o Ministério estava a fazer era gastar menos do que aquilo que gastaria se esta competência se mantivesse na sua área.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes, bem como o público que assistia a esta sessão a partir de casa, e disse que considerava a intervenção da Vereadora muito otimista, porque a proposta do orçamento geral do estado apresentada hoje, não trazia um cêntimo a mais do que aquele que era referido no orçamento apresentado no ano passado e que foi reprovado. Isso queria dizer que continuariam com o défice de 700 mil euros só em relação ao pessoal. -

-----Disse também que a forma como foi feita esta transferência de competências, e depois de ouvir as intervenções da Vice-Presidente e do Vereador, mostrava aquilo que tinha sido sempre a preocupação da Bancada da CDU nesta AM. Não eram contra a assunção de responsabilidades, mas sim contra a assunção de responsabilidades da forma como as mesmas estavam a ser transferidas para as autarquias, e como já tinha dito uma vez, aquilo que o Governo estava a fazer não era uma transferência de competências mas sim de incompetências daquilo que os sucessivos governos nunca conseguiram resolver na área da saúde e na área da educação, e até na transferência de incompetências eram incompetentes, porque estavam a transferir para as autarquias aquilo que à vista de todos não era necessário para fazer face à realidade da educação no nosso Concelho, e não falava dos outros concelhos porque não conhecia. -----

-----Referiu que todos sabiam que as escolas tinham défice de pessoal auxiliar e as escolas iriam necessitar de mais pessoal e o défice iria aumentar. Quando fosse a transferência da área da saúde, o dinheiro transferido também não chegaria, portanto, entre receber e pagar, iriam ficar com um défice de 1 ou 2 milhões de euros talvez. Perguntou o que é que a Câmara Municipal de Sesimbra iria deixar de fazer para fazer face a estas novas despesas e que o Governo não cumpria aquilo que foi assinado que era o défice zero na transferência de competências. -----

-----Concluiu dizendo que era obvio que a CDU iria aprovar este documento hoje porque não queriam

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que os trabalhadores no dia 25 não recebessem o vencimento, mas reiterava que a CDU nunca havia defendido que a descentralização fosse feita desta forma. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Victor Antunes** que disse que a sua intervenção seria na qualidade de Coordenador da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas que havia reunido também sobre esta matéria. -----

-----Referiu que a reunião tinha tido de facto a presença do Vereador José Polido da qual havia sido elaborada uma ata. Esta reunião tinha tido 2 pontos na sua ordem de trabalhos e foi atrasada precisamente por ter surgido a necessidade de acrescentar à reunião da comissão este assunto e, tal como a Vice-Presidente tinha referido, aquilo que estavam hoje aqui a discutir era apenas a revisão ao orçamento e às GOP para 2022, mas, tal como na reunião, também agora qui a discussão descambava para matérias que estavam a montante, mas que inquietavam a todos. -----

-----Disse que aquilo que ficou unanimemente consensualizado na reunião, era solicitar à CMS os elementos que faziam chegar a estes valores e partilhar esses elementos com a comissão, mas eventualmente também com todos os deputados desta AM. -----

-----Disse também que era importante que soubessem o que estava efetivamente em causa, que até tinha sido uma questão colocada pelo Deputado Carlos Oliveira, que dizia respeito à previsão a acumular a este défice e gorando-se como se havia gorado a expectativa que o Vereador José Polido anunciou na reunião da Comissão, com a apresentação do Orçamento de Estado para 2022, agora na Assembleia da República, e havia mais elementos para perceber os inconvenientes e os prejuízos para os Municípios do Concelho de Sesimbra, decorrentes desta transferência e do não acompanhamento das respetivas verbas. Portanto, era esses valores e esses números que solicitavam assim que possível porque ajudariam a entender melhor esta dificuldade. -----

-----Em seguida, saudou o trabalho das funcionárias do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal que tinham conseguido, quase em tempo *record*, elaborar a ata e partilhá-la com os membros da Assembleia. Isso não era de menos importância, e por isso estavam hoje em condições de discutir este ponto e não as condições que inquietavam há vários anos por causa desta transferência de competências do Governo para as autarquias, mas era sobretudo, o que estava hoje em causa que era o pagamento ou não aos funcionários que foram transferidos no início deste mês para os quadros do Município. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que devia de ter cedido a palavra ao Coordenador da Comissão para que fizesse esta intervenção logo no início da discussão deste ponto, mas sabia também que mais cedo ou mais tarde o mesmo iria interpelar para o fazer. -----

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Germano Barros** que disse que da intervenção da Vice-Presidente da CM, tinha apontado uma afirmação fundamental, que dizia respeito à neutralidade orçamental que era mesmo fundamental, porque infelizmente era uma constatação que o Estado muitas vezes transferia competências, mas esquecia-se de transferir todas as verbas, ficava sempre alguma coisa para trás, e esperava que desta vez nos fizesse “mentir”.-----

-----Em seguida, perguntou se alguma vez foi feito o cálculo do rácio da verba para o pessoal não docente por aluno, para poder comparar entre as escolas de outros concelhos e saber onde situavam ao nível do Concelho.-----

-----Ao nível do controlo de custos, perguntou se iria haver um centro de custos por agrupamento ou por escola para controlar esses custos. Disse que quando houvesse a apresentação dos mapas atualizados, teria de haver uma nova revisão orçamental e não sabia se seria possível nessa altura ter já uma ideia do desvio em relação ao que tinha sido pago, mas se houvesse um controlo de custos através do centro de custos, julgava que a CM pudesse dar uma ideia desse desvio.-----

-----Por fim, disse que claro que iriam votar a favor e que não iriam colocar em causa o pagamento dos ordenados dos funcionários, e referiu, relativamente à ADSE, que não conhecia tão bem a situação como a Vice-Presidente da CM, e perguntou qual seria o problema de uma funcionária sair do Estado e ser admitida na CM de forma a beneficiar da vantagem do contrato da ADSE com a CM.-----

-----Tomou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a Divisão de Educação da CMS que, apesar de todos os condicionalismos e obstáculos no que dizia respeito à parte técnica, tinham feito um trabalho incrível apreciado por diversas entidades, entre as quais pelo Delegado Regional, no que dizia respeito ao funcionamento das escolas e à preparação de tudo o quanto dizia respeito à matéria técnica. Tinham feito um trabalho incrível, e gostariam de agradecer a essas funcionárias o excelente trabalho porque de facto não havia muitas autarquias que tivessem trabalho esta matéria desta forma, independentemente de tudo.-----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que tinha atestado a isso mesmo numa sessão de acolhimento às funcionárias no Cineteatro Municipal João Mota, em que tinha participado a convite da CMS e onde tinha estado presente também o Delegado Regional que tinha solicitado até que o próprio transmitisse essa informação ao plenário. O Delegado tinha dado até o exemplo de Sesimbra em muitas outras reuniões daquele género em outros Municípios, e não estavam a falar de opções políticas porque essa já era conhecida, mas em termos do acompanhamento técnico de todo este processo em que a Divisão de Educação da CMS tinha sido excecional. Portanto, não era de mais reforçar, ressaltando mais

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma vez que não estavam a falar de opção política, mas sim de trabalho, de dedicação e de profissionalismo. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CM** para que respondesse às questões colocadas, e esta começou por dizer que também tinha ouvido o Delegado Regional citar Sesimbra, que era muitas vezes citada pelos bons motivos, mas o que era certo era que os da terra às vezes não davam o devido valor áquilo que de uma forma coletiva conseguiam fazer, mas Sesimbra felizmente era citada mais vezes até fora das suas fronteiras do que dentro, pelas boas práticas e pelos bons exemplos e o Senhor Delegado Regional vinha referenciando Sesimbra exatamente pelo bom trabalho que vinha fazendo a esse nível.--

----- Acrescentou que gostariam que houvesse alguém da saúde a dizer a mesma coisa porque era sinal de que pelo menos conseguiam falar com alguém da saúde. Se o Diploma da saúde fosse igual ao da educação, no dia 1 de abril teriam assumido as competências na área da saúde sem ter conseguido falar com alguém, e isso era uma coisa inacreditável, mas como estavam a discutir esta revisão orçamental iria-se cingir às questões colocadas.-----

-----De seguida, respondendo às questões colocadas pelo Deputado Germano, disse que o rácio era estabelecido pelo Ministério da Educação por portaria, de acordo com o número de alunos que havia em cada estabelecimento tinha de haver um número de funcionários para fazer esse acompanhamento e, portanto, o rácio que não estava cumprido aparentemente estava cumprido, ou seja, alguns dos funcionários que deveriam estar, não estavam porque já estavam aposentados ou em mobilidade em outro sítio. -----

-----Referiu que não sabia bem o número, sabia apenas ao nível do pré-escolar que era a matéria com que trabalhava há muitos anos, ao nível do rácio para o 1º ciclo, 2º ciclo, 3º ciclo e secundário, não sabia exatamente quantos funcionários por quantos alunos estava definido. Sabia que neste momento o rácio estava cumprido de acordo com aquilo era a informação dos próprios agrupamentos.-----

-----Disse que iria haver um centro de custos, e esta era uma das condições que tinham colocado desde logo, aliás os funcionários que integraram agora os quadros da câmara nem ficavam na rubrica 0101, que era a rubrica de pessoal no orçamento da CM, ficavam imputados a uma unidade técnica da Divisão de Educação exatamente para poderem aferir momento a momento, até no âmbito da comissão de acompanhamento, se os custos que estavam a ter com estes funcionários eram aqueles que eram financiados pelo Ministério da Educação ao nível dos salários, mas seria igual para todas as outras despesas. Iriam ter um centro de cursos agrupamento a agrupamento para poder aferir essa situação. --

----- Sobre a revisão e os mapas, disse que só falou da eventualidade de haver uma nova revisão se os

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mapas fossem atualizados, se fossem, os valores que estavam por base desta revisão seriam diferentes, oxalá aprovassem todos isto porque se não era sinal de que não havia atualização, e o Vereador José tinha acabado de anunciar aqui o que era uma má notícia expectável e tinham de ver se haveria ou não atualização, mas aparentemente parecia que havia a possibilidade de haver a atualização destes mapas.

-----Em relação à possibilidade de contratação de funcionários pela Câmara, disse que segundo o que entendeu da questão do deputado, este queria saber se para os funcionários terem um tratamento igual, poderiam rescindir o contrato e voltar a ser contratados pela Câmara, sem ser destes trabalhadores que migravam da Administração Central para a Autarquia, porque estes mantinham as situações que vinham da Administração Central. Este era um exercício impossível porque nada garantia que ao concorrerem novamente pudessem ficar. Em um concurso público de recrutamento pessoal não sabiam se era para "A", "B", "C" ou "D" e provavelmente poderiam até concorrer outras pessoas, portanto era um exercício impossível.-----

-----Disse ainda que percebia essa desigualdade no tratamento e também lhe custava, mas se a Câmara tivesse de assumir, para além dos encargos de remuneração também os encargos da ADSE, que não estavam sequer aqui nestes mapas porque nunca foram da Administração Central, mas sim da ADSE, então o défice de 700 mil euros seria muito superior.-----

----- Ao nível das posições remuneratórias, disse que como sabiam, a CM tinha praticado, sempre que o Orçamento do Estado permitiu, a opção gestionária. A opção gestionária permitia que os funcionários não estivessem 10 anos à espera de mudar de posição remuneratória. A Câmara sempre havia disponibilizado do seu orçamento, uma verba que permitia, sempre também que o Orçamento de Estado permitia, que um trabalhador que tivesse uma avaliação relevante pudesse não esperar os 10 anos que supostamente teria de esperar para mudar de posição remuneratória, e podê-lo fazer em muito menos tempo. Mas, nas escolas isso nunca aconteceu, portanto estavam neste momento a receber trabalhadores que estavam há muitos anos na mesma posição remuneratória, e os vencimentos que tinham eram referentes às posições remuneratórias que tinham há anos.-----

-----Obviamente que a partir da altura em que fossem funcionários da Câmara, estariam sujeitos como qualquer outro funcionário, à opção gestionária, que significava muito provavelmente que estas verbas que vinham da posição remuneratória herdada daqueles funcionários, daqui alguns tempos, por esta prática correta que o Município vinha sempre seguindo de poder mais rapidamente fazer progredir na carreira, se aplicassem isto a estes mesmos funcionários muito rapidamente iriam gastar mais dinheiro em vencimentos porque aplicavam essa possibilidade das pessoas progredirem e subirem de escalão para

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

receberem mais dinheiro que seria suportado pelo Município e não por transferência da Administração Central. Estes já seriam encargos secundários que não estavam contabilizados, mas isso era uma opção pessoal do Município de tratar todos os funcionários desta mesma forma, e, portanto, iriam aplicar aquilo que aplicavam sabendo que isto iria honrar obviamente os encargos com os vencimentos.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Vereador José Polido** que para complementar, disse que também tinha estado um bocadinho envolvido nesta questão e, relativamente aos rácios, neste momento faltavam 26 assistentes operacionais e 1 assistente técnico face aos rácios referidos, e isso tinha o encargo anual para o Município, que não estava aqui previsto, cerca de 365 mil euros além daqueles 700 mil euros da posição remuneratória. Portanto, para cumprir os rácios, aparentemente pelos dados fornecidos pelos agrupamentos, teriam exatamente os 365 mil euros que a somar aos 700 mil dava 1 milhão e 100 mil euros anuais em números redondos. -----

-----Interveio novamente o **Deputado Germano Barros** que disse que no caso de não haver a atualização do mapa, gostaria que o Executivo se comprometesse de, no prazo de 6 meses, apresentar as contas em relação ao desvio dessa transferência de competências.-----

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer o que estavam aqui a falar era precisamente de uma revisão do orçamento das GOP's 2022 que resultavam do processo de transferência de competências, e sabiam de facto que este processo não seria perfeito, mas por falar de imperfeições também não achava muito bem, até porque já tinham havido aqui processos complicados de divulgação de informação da PAMS e de atas de comissões, que fossem lidas as atas das comissões, principalmente quando os presentes não estavam na sala. -----

-----Continuou dizendo que o que têm estado a ouvir quase há uma hora, era qualquer coisa que já sabiam, ou seja, que a manta era curta, mas a mesma sempre foi curta, portanto, quando era fácil ir pôr tarjas em vedações de escolas a exigir isto e aquilo, agora estavam aqui a assistir a um choque de realidade. Era verdade que os recursos eram escassos, que com esses recursos tinham de fazer o máximo que era possível fazer e que infelizmente ao longo deste debate houve algumas referências a alunos, mas menos do que aquelas que gostava de ter ouvido.-----

-----Disse que o sistema de ensino servia precisamente para servir a comunidade educativa, servia precisamente para garantir que os nossos jovens tivessem uma formação que lhes permitisse depois projetar a sua vida e era para isso que servia o sistema de educação que infelizmente vinha vivendo ao longo de muitos anos com escassez de recursos tal como o País vinha vivendo com escassez de recursos, e era essa escassez que obrigava todos os dias a fazer uma gestão muito cuidada e tentar criar sinergias e

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

tentar com o pouco que que tinham, fazer muito. -----

----- Neste caso, tinham sido referidos aqui até bons exemplos daquilo que acontecia já no primeiro ciclo que tinha sido transferido para o Município e que este, melhor do que noutras áreas, por exemplo na educação, já tinha alguma experiência daquilo que era a gestão do 1º ciclo e podiam ganhar neste caso sabendo que as verbas a transferir eram curtas porque já o eram, e ter aqui um ganho de escala pelo facto de se poder passar e aproveitar algum desse conhecimento.-----

----- Por fim, disse que naturalmente que estariam atentos, e aquilo que o Deputado Pedro Mesquita tinha referido era uma preocupação, porque nenhum deles estava aqui para prejudicar aquilo que eram os interesses dos munícipes, e no caso de se verificar que havia uma tendência para que a salvaguarda dos direitos dos alunos e das famílias do nosso Concelho fosse posta em causa, nessas condições também estariam ao lado da população na defesa e naquilo que fosse a garantia de que havia condições para que o ensino no Concelho continuasse ou fosse melhorado e permitisse cumprir os objetos pretendidos. ----

-----Interveio em seguida o **Vereador José Polido** que disse que a ata, era distribuída aos membros da Assembleia Municipal e só tinha referido de facto aquilo foi dito e nada mais do que isso.-----

-----De seguida, dirigindo-se diretamente ao Deputado Sérgio Faias, disse que achava inacreditável como é que o PS mudava uma atitude de dizer que deviam ver e, agora, aparentemente, a ser verdade que as transferências não cobriam de facto o custo que o seu Governo tinha dito que iria cobrir, e aparentemente era isso que iria acontecer, o Deputado achava muito bem que despendessem do orçamento 1 milhão e 100 mil euros só porque tinham de gerir bem os recursos. Então, na sua casa também precisava de pintar e de jardinar e pedia ao Deputado Sérgio que lhe pagasse as despesas, que era isso que o Estado estava a fazer no caso da Educação, ou seja, queriam uma melhor educação, mas à custa dos outros, era disso que estavam aqui a falar. -----

----- Disse também que estavam aqui a falar de uma revisão orçamental para que os funcionários das escolas não ficassem sem vencimento, as coisas tinham sido todas mal feitas desde o início, toda a gente sabia, no entanto, havia uns que queriam “tapar o sol com a peneira”, isso é que era inacreditável. Estavam a falar de dinheiro dos munícipes do Concelho que com grande esforço pagavam as suas contribuições, que era uma vergonha aquilo que era transferido do Orçamento de Estado para fazer investimento no Concelho, que toda a gente sabia que transferiam 200 mil euros para fazer investimentos e, agora, mais uma vez, para fazer face à desresponsabilização do Estado, estavam a gastar mais 1 milhão de euros. Isto é que achava inacreditável.-----

-----Usou da palavra a **Vice-Presidente da CM**, que disse percebia a exaltação do Vereador, até

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

porque tendo o pelouro das finanças tinha muitas dores de cabeça e, como tinha dito hoje na reunião de Câmara, muitas vezes tinha inquietações noturnas para conseguir gerir bem a Câmara como tinha vindo a gerir. --- -----

----- Disse também que o Deputado Germano tinha referido uma coisa importante, porque não estavam a falar uma “manta curta” que não esticava para um lado ou para o outro, estavam a falar de uma coisa que o Ministério quando transferiu, pelas palavras do Primeiro-Ministro e dos senhores Ministros das várias áreas, falava da neutralidade orçamental.-----

-----A neutralidade orçamental significava transferir competências para as Câmaras com as mesmas verbas que o Estado gastava, mas o Estado estava a transferir competências com menos dinheiro do que este gastaria neste momento se continuasse a exercer, e nisso não se podia dizer que o País era pobre e que não podiam “esticar para aqui”, estavam a dizer que o Estado ao transferir, no mínimo, e já era um SUB investimento em relação a uma SUB dotação em relação aquilo que era necessário investir na escola pública, mas aquilo que o Estado estava a transferir nem era um orçamento subdotado em relação àquilo que seriam as necessidades, mas um orçamento abaixo daquilo que o Estado no dia 30 de Abril, se tivesse essa competência, gastaria. -----

----- Relativamente aos alunos, disse que tinham todo o interesse em continuar a defender os alunos, as famílias dos alunos e uma escola pública de qualidade, e era por ter todo o interesse que vinham-se empenhando ao longo dos anos e vinham assumindo encargos para além daqueles que era da sua obrigação, como já tinha sido aqui dito, quer ao nível do jardim de infância e muitas vezes ao nível de áreas de ensino que não eram da responsabilidade da Câmara, como o 2º e 3º ciclo, que tinham vindo a fazer orientação vocacional, e substituindo-se ao Ministério na colocação de psicólogos nos vários agrupamentos, competência que não era a sua área de intervenção, porque quem devia colocar os psicólogos era o Ministério e não a Câmara.-----

----- Acrescentou que tinham psicólogos em todas as escolas e mediadores para combater as questões do insucesso e do abandono escolar, portanto a Câmara vinha pautando a sua atuação ao longo de anos pela defesa de qualidade de ensino dos alunos e das famílias. Ao nível dos transportes escolares iam muito mais longe daquilo que era o diploma, definiam percursos de risco para permitir que mais jovens tivessem acesso ao passe escolar para permitir também uma continuidade de ensino e melhor segurança no acesso à escola. Vinham fazendo uma intervenção que era reconhecida por todos a intervenção que as Câmaras faziam, pesasse embora que os vereadores do PS tivessem alertado, na última reunião de Câmara, que ainda havia Escolas do Primeiro Ciclo que tinham quadros de giz, mas já

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

nenhuma tinha amianto, mas ainda havia escolas do 2º e 3º ciclo da responsabilidade do Ministério que continuavam a ter amianto.-----

-----Referiu que as escolas que ainda tinham quadros a giz deixariam de ter, felizmente, por uma oferta da Junta de Freguesia de Santiago que generosamente, no âmbito de uma intervenção comunitária, iria substituir na sua freguesia.-----

-----No que dizia respeito à defesa da escola pública, o Município de Sesimbra não tinha de receber a esse nível nenhuma lição porque tinham sempre feito essa atuação, mas a defesa da escola publica passava por uma coisa que gostava de ver debatida também nesta assembleia, que era a falta de professores. No Concelho havia várias turmas que este ano ainda não tinham tido professor de inglês, de português ou de matemática, e para o mês iniciava-se o 3º período. Acrescentou que lutavam pela defesa dos alunos todos os dias com a atuação que faziam, e era importante que também esta assembleia manifestasse a sua preocupação em relação àquilo que era o maior atentado que neste momento a escola pública estava a sofrer ao nível da ausência de professores.-----

----- A ausência de professores não era uma questão conjuntural, era uma questão estrutural do desinvestimento que durante anos se vinha fazendo ao nível da carreira docente, e certamente não eram as autarquias locais que tinham essa responsabilidade. Era muito grave esta situação e este ano tinham várias turmas que não tinham tido professor em várias matérias, iriam passar com passagem administrativa e esta situação iria agravar-se em setembro porque não havia professores a concorrer, e estavam na Área Metropolitana de Lisboa (AML), perto de Lisboa, e não viessem dizer que era por causa dos custos das casas aqui em Sesimbra porque o mesmo acontecia no Seixal, em Alcochete e em todo o lado, sobretudo na AML e no Algarve. No interior isso não acontecia por outros motivos que também poderiam discutir.-----

----- Disse também que havia mecanismos para reverter um pouco ou minimizar esta situação, mas ainda não os tinha visto serem aplicados. Já tinha ouvido o atual Ministro da Educação, anterior Secretário de Estado, prometer que este seria um dos primeiros objetivos, mas enquanto Secretário de Estado, o Sr. João Costa, atual Ministro, sabia desta situação que não era de hoje, de ontem ou do último ano letivo, e nada foi feito, e havia algumas medidas de secretaria que podiam ajudar a minimizar isto, o que era facto era que na defesa dos alunos, a Câmara Municipal de Sesimbra tinha reiterado sempre esta grande preocupação, aliás, iriam ter uma grande ação de massas no dia 19, primeiro dia de aulas na Quinta do Conde com as associações de pais do Concelho, para alertar para aquilo que era dos maiores atentados à qualidade de ensino, que era um aluno passar um ano letivo inteiro sem ter um professor.--

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Por fim, disse que a Câmara de Sesimbra não recebia lições de ninguém em relação ao trabalho de qualidade que toda a comunidade educativa vinha fazendo em relação à defesa do aluno, das famílias, de uma escola pública e de um ensino público de grande excelência e de grande qualidade. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Victor Antunes**, que disse que o que queria dizer acima de tudo, e corroborando aquilo que tinha sido dito na comissão, tinham concordado com a ideia transmitida pelo Deputado Pedro Mesquita de que caso se verificasse défice, que estariam cá para corrigir isso. -----

----- Referiu que, no que dizia respeito ao primeiro ciclo e ao pré-escolar, se até agora a Câmara tinha assumido com muita qualidade e com muito rigor essa execução e isto inicialmente não era uma competência da câmara, foi transferida e a Câmara tinha vindo a fazer mas à custa de outras necessidades que eram competências da câmara e que ainda não tinham sido executadas, e isso certamente aconteceria no futuro ainda agravado com estes défices que se estavam a verificar mas que tinham a expectativa que viesse a ser corrigido, mas essa expectativa estava a ser anulada. -----

----- Por fim, disse que nesta matéria havia uns que ganhavam, concretamente o Governo Central que deixava de ter responsabilidades e os défices que eram já anunciados, e havia outros que perdiam, que eram as populações, aqui neste caso do Concelho de Sesimbra. Não partilhava da euforia do senhor Deputado Sérgio Faias, nem pouco mais ou menos, mas sim da inquietação e das consequências do que aí vinha. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mesquita** que, após cumprimentar todos os presentes, disse que estava lá fora e não se tinha apercebido que tinha havido uma referência à sua pessoa, mas que não tinha qualquer problema. Já estava nesta casa há 16 anos, não era propriamente um desconhecido e não tinha receio nenhum que fizessem referências ao seu nome fosse no que fosse, desde que efetivamente fosse com as suas palavras. -----

----- Ainda não tinha lido a ata da reunião da comissão e também não ouviu a intervenção do Vereador José Polido, e o que tinha dito na reunião era que as pessoas que estariam na Assembleia da República deveriam ter alguma responsabilidade e que não deviam ser assim “perdidos de todo” para não saberem aquilo que estavam a fazer, porque não estava só lá um partido, mas várias representações. Acrescentou que a Câmara tinha na sua posse um programa que dizia que iria haver uma transferência de 3 milhões 936 mil e “qualquer coisa” euros, e lembrava-se de ter feito uma intervenção no sentido de perguntar se já havia uma garantia que iriam ultrapassar este valor, se existia algum estudo, alguma opinião ou alguma avaliação no terreno que pudesse levar a isso, e tinha dito também que não queria acreditar que na altura, quando se verificasse essa situação, que alguém não viesse a terreiro, tentar

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

corrigir efetivamente essas falhas, sendo o Partido Socialista responsável como sempre tinha sido, se fosse em todas as áreas, e por isso é que era Governo até com a maioria absoluta.-----

-----Reforçou que o que tinha sido dito na reunião era precisamente isto, que enquanto membros da Bancada do Partido Socialista eleitos por Sesimbra, tinham deputados na Assembleia da República a quem poderiam recorrer para tentar esclarecer estas situações. Portanto não tinha a ver com corrigir como referiu o Deputado Victor Antunes, mas ver como é que as coisas iriam correr.-----

-----Existia uma previsão por parte da Câmara de que se iria ultrapassar este valor da transferência de competências, provavelmente se calhar existia nas câmaras todas ou então em metade existia e noutra metade não, mas também, era uma questão de gestão e não sabiam. Portanto, isto era tudo novo para todos e provavelmente não era um plano excelente e iria precisar de alguns acertos. Tinham de aguardar para ver se efetivamente ultrapassariam estas verbas, se as mesmas eram insuficientes e se existia, na altura certa e no momento certo, essas devidas correções, porque não valia a pena estarem aqui a passar às pessoas uma ideia de que existia uma incompetência do Governo desta transferência de competências.-----

-----Disse também que, sem estar no terreno, sem as coisas estarem aplicadas e sem estar feito, não podiam dizer que era uma incompetência. Se daqui a um ano verificassem na prática que tinha de engolir as palavras, faria *mea culpa* e engoliria as palavras, não tinha problema nenhum nisso. Era do Partido Socialista desde 1994, militante base sempre, e não tinha problema nenhum nisso. Não podiam era abandeirar aqui numa desgraça nacional uma transferência de competências onde diziam que o dinheiro era insuficiente porque queriam pôr mais pessoal, entre outros. Queriam sempre melhorar, era um facto, e isso também era um dever da autarquia, melhorar os serviços, e era nesse sentido que a Câmara tinha obviamente sempre no seu pensamento a melhoria. -----

-----Se o Governo transferisse 60 funcionários e a Câmara assumisse que amanhã precisavam de mais 2, 3, 4 ou 5 funcionários por qualquer razão, a CM teria de os ir buscar como se fosse buscar para outro departamento qualquer, se não fosse assim passariam o resto da vida com os mesmos funcionários que já tinham e não evoluíam nada. -----

-----Referiu que tinha sido dito pela Vice-Presidente, que esta tinha trocado umas palavras com o Delegado Regional da Educação, que também tinha tentado dar algumas garantias de que se eventualmente as coisas não corressem desta forma, iria tentar verificar no terreno como é que se poderia resolver. -----

-----Concluiu dizendo que tinham de aguardar e ver, e se as coisas não corressem como estavam

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

previstas, obviamente que teriam de chamar à atenção, desta forma, daquela forma ou da outra, mas não valia a pena era estarem aqui a perder tempo e a fazer uma dramatização. Tudo bem que as pessoas também tinham de saber o que é que estava em causa, mas não podiam estar aqui a denegrir ou a dramatizar ou a enfatizar as coisas de uma forma totalmente desvirtuada, porque não sabiam se iria correr bem ou não e pensavam que não iria correr bem devido aos valores apresentados, mas tinham de aguardar, e se as coisas na altura não corressem bem era evidente que tentariam esclarecer e ajudar de alguma forma para que as coisas fossem repostas. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que alertou para o ponto em apreciação, solicitando que não o levassem a mal porque o que estavam aqui a discutir era de extrema importância, mas solicitou que mantivessem o foco para o ponto em questão, nomeadamente “1ª Revisão ao Orçamento no valor de 3 milhões 936 mil euros, e às GOP’s no valor de 872 mil euros no ano de 2022 e nos anos de 2023, 2024 e 2025, o valor de 3 milhões 936 mil euros”. Era isto que estava a ser discutido, tudo o resto era extremamente importante, mas tinham de manter o foco naquilo que era essencial porque outros dias e outros pontos viriam para continuarem a discussão/debate. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que começou por dizer que a intervenção do Deputado Sérgio Faias deu a entender que a Bancada da CDU não se preocupava com os alunos. Isso era uma falácia porque a CDU sempre se havia preocupado com os alunos, e em relação a tarjas, colocavam-nas nas escolas e continuariam a colocar, e se calhar o PS iria colocar tarjas nas estradas que não eram pavimentadas por falta de verbas para tal por causa desta transferência de competências. -----

-----Em relação à transferência de competências, disse que de facto o Governo já tinha os dados. As transferências tinham sido concretizadas no dia 01 de abril e hoje tinha sido apresentado o orçamento geral do Estado. Perguntou porque é que não tinha sido já atualizado, nesta proposta do orçamento, aquilo que se sabia que não chegava para colmatar o défice que foi transferido para as autarquias na transferência de competências, já que o PS, no Governo, tinha tido mais do que tempo para atualizar esses valores. Isso queria dizer que pelo menos durante o ano de 2022, por aquilo que o Ministro das Finanças tinha dito hoje, não iria haver novas revisões orçamentais, e a realidade era que durante este ano iriam viver com as verbas que havia. -----

-----Disse que estavam a falar só do pessoal, e iriam votar a favor desta revisão orçamental, mas também iriam continuar a reivindicar aquilo que eram as necessidades no Concelho de Sesimbra, nomeadamente, uma nova escola secundária na Quinta do Conde, a remodelação da Escola Michel Giacometti, obras de fundo na Escola Secundária de Sampaio, a continuação das obras na Escola

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Navegador Rodrigues Soromenho e a falta de professores. Continuariam a reivindicar isso tudo, porque se hoje estavam com este défice a nível de pessoal e ao nível de alguns serviços com esta transferência de competências, imaginar-se-ia o défice que seria quando viessem os equipamentos. -----

-----Acrescentou que hoje, de facto, a CDU nesta Assembleia Municipal, tinha apresentado “n” de documentos a reivindicar melhores escolas no Concelho de Sesimbra, e o PS, se não estava em erro, tinha apresentado 1 documento no ano passado em véspera de eleições. Aqui via-se de facto quem estava ao lado das populações, quem estava ao lado dos alunos e quem estava ao lado da comunidade educativa. De facto, a gestão da CDU na CMS, na pessoa da Vereadora Felicia Costa, vinha sendo um exemplo, colocando Sesimbra na linha da frente naquilo que era o exemplo hoje e uma referência na educação a nível nacional. Esse trabalho devia-se à CDU e à equipa de educação na pessoa da Vereadora. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, sem querer desviar o foco, queria apenas lembrar que a 28 de junho de 2019, tinha sido aprovada uma recomendação que tinha como pretensão uma sessão de esclarecimentos sobre educação aos deputados da AMS, mas já estavam em 2022 e essa sessão nunca chegou a acontecer. Se a mesma já tivesse acontecido, se calhar algumas das questões que eram agora tão calorosamente levantadas, seriam vistas de outra forma. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que todos sabiam o porquê de ainda não ter havido condições para realizar essa sessão, mas que não estava esquecida. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que agradeceu o “lembrar” da Deputada Andredina para este tema, que respondia já em parte à questão das propostas, até porque tinham por princípio não andar a contar o número de documentos que costumavam submeter, porque achavam que era um trabalho inglório, e deviam antes de olhar para aquilo que eram os resultados ou não das suas intervenções. -----

-----A propósito disso, no âmbito de uma moção que tinha sido aqui apresentada, se calhar podiam também referir que de vez em quando havia respostas, reações e efeitos. Lembrou que esta AM tinha recebido uma resposta dos serviços consulares da Rússia sobre uma moção que tinha sido aprovada, e devia de haver uma referência que de vez em quando, o que faziam aqui tinha resultados e convinha também que se falasse sobre os mesmos, e não só contar o número de propostas que faziam. -----

-----Disse que o que estavam aqui a falar era, essencialmente, na transferência de competências, e estavam fartos de ouvir e concordavam, em parte, que o poder local normalmente conseguia gastar de forma mais eficiente o dinheiro que tinha à sua mão, e esta transferência de competências era

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

precisamente uma oportunidade de demonstrar essa eficiência. -----

-----Em relação ao Orçamento de Estado, disse que se houvesse de facto uma preocupação do PCP sobre o orçamento, em outubro passado, podiam ter deixado passar na generalidade, e na especialidade teriam colocado essas preocupações todas e feito as alterações que permitissem responder a todas as suas preocupações, mas o certo era que nem tinham querido discutir. -----

-----Acrescentou que estava a falar do orçamento porque o mesmo tinha sido chamado à discussão, e era preciso não esquecer o que é que se tinha passado. Portanto, o orçamento tinha estado em discussão e tinha sido reprovado na generalidade, sem sequer chegar à especialidade onde se podia precisamente ter dado contributos para se fazer essa melhoria que agora queriam colocar de fora e dizer que não tinha havido nada. Tinha existido a oportunidade e não quiseram fazer, por isso, neste momento, achava estranhos alguns comentários que ouvia aqui. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Ricardo Mendes** que cumprimentou todos os presentes e disse que a Vice-Presidente tinha feito questão de referir, numa das suas intervenções, a questão da remoção do amianto, quando precisamente em 2020, o Governo do PS tinha feito um programa para a remoção do amianto e, curiosamente, quando foi feita a assinatura do protocolo regional com os 18 municípios, a Câmara de Sesimbra não estava lá. -----

-----Referiu que em 2020 já tinham sido retiradas 200 coberturas de amianto e em 2021 mais umas quantas. Acrescentou que referenciar essa questão, atacando o Governo do PS, não fazia qualquer tipo de sentido quando a própria Câmara devia de ter tido uma responsabilidade maior quando houve uma iniciativa por parte do Governo, através dos fundos europeus, de fazer essa remoção. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que alertou novamente para o ponto que estava em discussão.--

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Deputado João Castanho** que cumprimentou todos os presentes e disse que o que estavam aqui a debater era o pagamento de salários, esse era o ponto essencial e já tinham debatido isso por várias vezes e não valia a pena estar a alongar mais. -----

-----Referiu que tinha sido feita uma reunião preparatória da Comissão de Administração e Finanças Autárquicas, e havia aqui um dado que era comum a todos e que era consensual, que todos estavam preocupados com isto. À partida, pensavam que o valor seria insuficiente, mas, como foi referido na altura pelo colega do PS, ainda não tinham chegado ao momento, e na altura logo se verificaria se as verbas chegavam ou não. Por enquanto estavam no campo das suposições do que seria a maior probabilidade. -----

-----Nesse sentido, tinha ficado acordado entre todos os elementos da comissão, que estes desvios



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que iriam em princípio acontecer, teriam de ser apurados e, se chegassem ao ponto do desvio de 1 ou 2 milhões de euros, de revisitar este tema e fazerem todos pressão em conjunto, toda a AM, sobre o Poder Central, para pedir a verba que faltava. -----

-----Esse ponto tinha sido consensual na reunião, porque isto era uma viagem de não retorno, porque não havia voltar a dar, os salários tinham de ser pagos e aqui tinha de ser aprovado independentemente das opiniões que cada um pudesse ter. -----

-----Por fim, disse que ao nível da comissão tinham todos acordado em apurar os desvios e depois a própria AM, se fosse caso disso, em unísono, iria defender esta posição ao Poder Central. Isto foi o compromisso de todos e devia ser reiterado por todos porque era um interesse de todos. -----

-----Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente** que começou por dizer que tudo o que a própria e o Vereador José Polido tinham referido aqui, era fatural, ou seja, a verba que hoje estava a ser transferida não era suficiente. A suposição era que provavelmente podia vir a ser suficiente se houvesse uma alteração. Não bastava dizer para esperar 6 meses ou 1 ano para ver, porque hoje sabiam que os encargos com o pessoal, fora o resto tudo o resto referido, aquilo que era transferido era muito menor do que aquilo que hoje era pago aos funcionários, isto era um facto, e a suposição era se isto podia ou não ser aumentado. -----

-----Disse em seguida que gostava muito de ver jovens nestes fóruns políticos e achava muito bem que os mesmos participassem, e essa participação devia de ser, sobretudo, acompanhada por alguma informação prévia, e a informação prévia que queria transmitir ao jovem deputado, a quem queria desde já elogiar a fugacidade, o empenho e a assertividade com que tinha feito a sua intervenção, era que o Município de Sesimbra não tinha estado no “*show off*” da apresentação do Governo com os Municípios para apresentar o programa da remoção do amianto. -----

-----Não tinha estado porque aquilo que iria ser transferido com fundos comunitários, que o Governo tinha feito e muito bem, a CM fazia o mesmo, ia à procura de fundos comunitários para financiar intervenções necessárias, não era isso que estava em causa, mas sim a contratualização do Ministério da Educação com os Municípios, porque os valores transferidos eram muito abaixo daquilo que eram os valores dados pelos Municípios para a retirada do amianto. Portanto, o Município de Sesimbra não tinha estado na fotografia porque não concordava mais uma vez com os valores que eram transferidos para os Municípios assumirem mais uma vez uma competência da Administração Central na retirada do amianto, mas o Município de Sesimbra tinha retirado o amianto, e não era à conta do Ministério da Educação, mas sim à conta do próprio Município, que do seu orçamento teve de arranjar verba para cobrir a falta da

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

transferência do Ministério da Educação para fazer essa operação.-----

-----Aconselhou o Deputado, para que da próxima vez que fizesse essas intervenções, fosse mais rigoroso na informação que estava a prestar, porque o Município não tinha estado lá, mas tinha estado no terreno para fazer a obra, portanto tinha sido desnecessária essa intervenção-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que se era para serem rigorosos, tinham de ser rigorosos, e convinha explicar às pessoas que havia um valor padrão especificado pelo Ministério para a substituição das coberturas, que tinha a ver com a espessura das placas a substituir, e tinha ficado ao critério de cada Município, decidir se eram placas com maior ou menor espessura, e em função disso tinha havido uma disparidade no Município do Seixal, em que as placas tinham uma espessura com o dobro daquela que estava prevista. Naturalmente que havia uma disparidade de valores. Portanto, se fosse usado o valor de referência, era coberto pelo financiamento europeu, se não fosse não chegava, e por isso tinha sido necessário, nos Municípios onde tinham sido usadas espessuras maiores, que houvesse uma comparticipação do Município para cobrir essa diferença.-----

-----Interveio a **Vice-Presidente** que disse que, para ser ainda mais rigoroso, mesmo com uma espessura que não era aquela do valor de referência, porque o Seixal por exemplo tinha indicado até por uma questão de ser mais seguro em termos daquilo que era a intervenção, mesmo assim, para uma opção que não tinha sido essa, com uma espessura menor, tinha havido a necessidade de reforçar com orçamento a operação de retirada do amianto que foi feita nas escolas do Concelho de Sesimbra. Não era apenas uma questão de opção da espessura, porque mesmo com a espessura padrão, o financiamento não tinha sido suficiente. Não com a diferença tão abissal como era suposto no início, mas mesmo assim, o Município de Sesimbra, do seu orçamento, teve de pôr dinheiro.-----

-----Explicou que a sua intervenção tinha sido apenas no sentido de mostrar ao jovem deputado, que estava indignado pelo facto de o Município de Sesimbra não ter estado na operação. O Município esteve onde teve de estar, no terreno a fazer a operação com o orçamento daquilo que eram as contribuições dos Municípios.-----

-----De seguida, colocado à votação, a **Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por maioria, com 23 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 MSU) e uma abstenção do CHEGA, nos termos constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão ao Orçamento no valor de 3.936.422,00 € e às Grandes Opções do Plano no valor de 872.200,00 € do ano de 2022 e nos anos de 2023, 2024, 2025 e 2026 o valor de 3.936.422,00 € em cada um dos anos descritos.**-----

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O GM da CDU apresentou uma declaração de Voto que, apesar de ter sido solicitada, não foi entregue aos serviços. -----

-----O GM do PS apresentou uma Declaração de Voto que, apesar de ter sido solicitada, não foi entregue aos serviços). -----

-----Logo após o **Deputado Sérgio Faias** usou da palavra para deixar a nota de que o Deputado Ricardo Mendes tinha nome, e apesar de ser mais jovem do que a maioria, não consideravam que fosse de bom tom, tratar os Deputados pelas características que tivessem, porque daqui a pouco chamariam “deputado mais velho”, “deputado mais alto” ou “mais baixo”. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que o termo utilizado pela Vice-Presidente, não era de todo depreciativo, porque de facto era o deputado mais jovem entre nós, mas compreendia a sua intervenção.

-----O GM do Chega prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“A bancada do CHEGA, na sessão ordinária de dia 13 de Abril de 2022 com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----1. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 2 MILHÕES DE EUROS – ANÁLISE DE PROPOSTAS – RELATÓRIO – APROVAÇÃO; -----

-----2. REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S 2022 E ANOS SEGUINTE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. -----

-----Votou favoravelmente á aprovação destes dois pontos A transferência de competências da administração central ao abrigo da Lei nº50/2018 de 16 de Agosto não vem devidamente acompanhada de recursos financeiros para fazer face a todos os encargos que acarretam a sua execução. -----

-----Esse ponto ficou claro para o executivo, que se vê com a responsabilidade de proceder nomeadamente ao processamento e pagamento de salários sem as verbas para tal, importa perceber que o executivo municipal vai utilizar as verbas dos nossos impostos, enquanto contribuintes residentes no concelho, inicialmente previstas para melhorias deste com um encargo que o governo garantia inicialmente a esta transferência de competências não trazer despesa adicional ao recetor destas, agora e a fim de garantir o cumprimento do pagamento nomeadamente salários de cerca de 400 funcionários, vem o executivo pedir junto desta assembleia a aprovação de um crédito e devida correção ao orçamento, crédito este que alias ficou claro á bancada do CHEGA ter umas condições financeiras muito favoráveis.

-----Apesar de o CHEGA se ter oposto á transferência de competência nestes moldes desde sempre, a mesma foi aprovada em AR, com a concordância dos partidos que permitiam a governação á data no poder deste tipo de decretos, que apenas e só desresponsabilizam o poder central e sobrecarregam de

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*forma violenta as autarquias locais e para as entidades intermunicipais com a desculpa de que a proximidade traz uma melhor gestão.-----*

*-----Assim e porque foi inevitável receber esta transferência a bancada do CHEGA não vai de forma alguma criar obstáculos que coloquem em causa os direitos dos funcionários que se viram agora transferidos, bem como a manutenção dos equipamentos que os nossos jovens frequentam. Neste tipo de necessidades devidamente fundamentadas o CHEGA no município de Sesimbra jamais impedirá aprovações que coloquem em causa trabalhadores e suas famílias e o bem-estar dos nossos jovens estudantes. Não recusa a bancada do CHEGA a totalmente a aceitação desta e outras transferências no decurso do ano 2022, porque é verdade que a proximidade e gestão municipal melhora significativamente a qualidade nos serviços transferidos, mas apenas e só se as devidas compensações vierem em simultâneo com os encargos não indo buscar receitas e recursos ao orçamento do município.-----*

*-----Pela bancada municipal do CHEGA em Sesimbra -----*

*-----A Líder de bancada Madalena Serra -----*

*----- 13 de Abril de 2022”-----*

*-----O GM do PPD/PSD, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----*

*-----“Os eleitos do Partido Social Democrata ao abrigo do Artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra, vêm apresentar a seguinte:-----*

*-----DECLARAÇÃO DE VOTO -----*

*-----relativa ao ponto II da ordem de trabalhos da reunião do 13 de abril de 2022:-----*

*-----“Revisão do Orçamento e às GOP’s 2022 e anos seguintes – Delegação de Competências na Área da Educação. -----*

*-----Votamos a favor deste ponto para garantir aos funcionários abrangidos pela delegação de competências o pagamento dos vencimentos e a manutenção das restantes obrigações contratuais-----*

*-----No entanto queremos ressaltar os seguintes pontos:-----*

*-----Sempre fomos a favor das delegações de competências que permitem aproveitar o fator proximidade para melhor gerir os recursos humanos e financeiros. -----*

*-----Este Câmara já assinou protocolos com as juntas de Freguesia do Concelho para efetuar pequenas reparações nas escolas do ensino primário. O historial deste processo demonstra que o mesmo para ter sucesso está dependente de negociações prévias entre as juntas de Freguesia e a Câmara.-----*

*-----Nada disto aconteceu neste processo de delegação de competências na área da Educação. O governo decretou sem negociar com a ANMP, o órgão representativo das Câmaras Municipais. -----*

Ata nº 9 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----As verbas transferidas foram calculadas considerando as despesas do ano de 2018 sem atualização.-----

-----Houve desde então vários aumentos do salário mínimo assim como aumento do gás e da eletricidade.-----

-----Temos a certeza de que a Câmara vai gerir melhor os recursos, mas temos de partir de uma base realista.-----

-----Por isso defendemos a neutralidade orçamental em que o Estado deveria transferir as verbas baseadas em critérios realistas aceites por ambas as partes ficando a Câmara com a tarefa de gerir e melhorar o serviço prestado aos alunos e aos professores.-----

-----Mais consideramos mesmo que em termo de gestão deveria haver um período de cogestão deste processo com uma duração determinada em função da dimensão do Concelho e da população escolar em que participam a autarquia e a administração central após o que seria determinado o valor das verbas a transferir.-----

-----Aguardamos os mapas atualizados por parte do Ministério da Educação e a transferência das verbas suplementares de forma a não onerar as finanças da Câmara.-----

-----Pedimos que no prazo de 6 meses esta Câmara apresenta os números do desvio já previsível referentes a esta delegação de competências, sabendo que foram criados centros de custos específicos para cada agrupamento.-----

-----Sesimbra, 13 de abril de 2022-----

-----O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Sesimbra-----

-----Germano Barros-----

-----Miguel Nunes”-----

-----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais nada a tratar, o **Deputado Rui Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas e trinta e oito minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----

